

Par de múmias do senso econômico comum

VALOR 22/01/2008



JOSÉ ELI
DA VEIGA

O senso econômico comum está repleto de múmias. Mas há uma dupla que causa mais espanto do que todas as demais enfileiradas. Porque sintetiza uma das mais recorrentes convicções dos quadros políticos brasileiros. Estejam com o governo ou na oposição; sejam de centro, de direita, ou de esquerda; nada há que mais comunguem do que o fetichismo do "crescimento do PIB com distribuição de renda". Segundo os mais deslumbrados, seria esse o "binômio" do desenvolvimento sustentável.

Mas o PIB é um cadáver insepulto, tão bem embalsamado pelo Sistema de Contas Nacionais, que há 35 anos resiste ao bombardeio dos melhores cérebros, fornecendo um dos mais fascinantes exemplos históricos de inércia institucional. Em algum momento do futuro parecerá mentira que, por mais de meio século, se tenha aceitado medir o aumento anual da riqueza sem contabilizar qualquer tipo de depreciação do patrimônio natural.

Essa talvez nem seja a pior das barbaridades congênicas do cálculo do PIB, mas certamente é aquela que engendrará a ruptura no modo de avaliação do crescimento econômico que domina o mundo há 55 anos. Prognóstico agora confirmado por fato político que nem interessou a mídia: Joseph Stiglitz foi convocado pelo presidente francês Nicolas Sarkozy para liderar equipe com a missão de garantir que as exéquias do PIB se realizem antes de 2010. Segundo Stiglitz, que contará com a ajuda de outro Nobel, Amartya Sen, esse funeral se tornou "particularmente urgente devido aos problemas causados pelo aquecimento global".

Das inúmeras tentativas feitas nos últimos anos para se chegar a maneiras mais razoáveis de captar as mudanças da qualidade de vida, ou do bem-estar, a única que se legitimou foi o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano. O problema é

que sua terceira dimensão, ao lado da esperança de vida e do acesso à escola, é o nível de vida material medido justamente pelo PIB per capita, em paridade do poder de compra. Mesmo que corrigido por uma fórmula logarítmica que lhe confere menor peso para países ricos, permanece intrínseca a obtusa noção de riqueza que alicerça o Sistema de Contas Nacionais.

Por isso, a única proposta de fato alternativa, apoiada em critérios que não ignoram a base natural da economia, nem os intangíveis (capital humano, capital social etc), está no conceito de "investimento genuíno" pleiteado por Sir Partha Dasgupta, ou "poupança genuína", como prefere o Banco Mundial. Mas ela esbarra em complexos obstáculos técnicos para a valoração monetária de uma infinidade de bens não-mercantis, além de supor que sejam inteiramente substituíveis os ditos três fatores de produção: recursos naturais, recursos humanos e capital construído. O que dá uma razoável idéia do tamanho da encrincha a ser enfrentada por Stiglitz.

As estatísticas sobre distribuição de renda escondem o impacto que podem ter muitas inovações na melhoria da vida cotidiana das vastas multidões de desvalidos

A segunda das mais fedorentas múmias do senso econômico comum é supor que a desigualdade social seja bem aferida pela distribuição de renda. Em todas as nações mais desenvolvidas houve ao longo da segunda metade do século passado mais concentração de renda do que o contrário. Nem por isso se constata que nessas vinte e poucas sociedades mais adiantadas a distância entre os níveis de vida de suas populações ricas e pobres tenha aumentado. Essencialmente porque a renda de um indivíduo ou de uma família é uma das mais grosseiras aproximações de sua situação econômica.

Avaliações do consumo já são bem mais esclarecedores de alterações ocorridas na vida material, pois revelam como os grupos sociais usaram não apenas suas rendas, mas também suas poupanças e seus créditos. E elas mostram que por esse prisma, a desigualdade econômica tem permanecido bem estável, apesar de fortes concentrações nas distribuições de renda. Todavia, mesmo o foco no consumo é enganador, já que capta os gastos, mas nem de longe seus efeitos em termos de satisfação de necessidades e desejos de cada

segmento social. Ou seja, essa inalterada desigualdade no consumo pode esconder significativas mudanças nas possibilidades de realizar anseios e escolhas. Particularmente no acesso ao que pode ser mais decisivo para o conforto material.

Por mais baixa que seja a renda de qualquer imigrante clandestino na Europa, nos EUA, ou no Japão, ele não terá dificuldade de dispor de uma geladeira, por exemplo. E a importância que tem esse tipo de acesso para uma família humilde é simplesmente incomparável a qualquer salto comparável que possa simultaneamente ocorrer entre as famílias mais ricas. Quando estas trocam suas geladeiras por novos e sofisticadíssimos modelos que custam fortunas, o incremento de satisfação pessoal ou familiar é infinitamente menor do que aquele provocado pelo acesso a um modelo dos mais antiquados que ainda funcione.

Os drásticos aumentos da concentração de renda em países desenvolvidos não impediram o acesso ao automóvel pela maior parte das famílias que lá permanecem abaixo de suas linhas de pobreza. E por mais que exista diferença entre dirigir um Jaguar de último tipo ou uma lata velha prestes a virar sucata, ela é bem menor do que a distância que separa o acesso a meio de transporte motorizado da dependência de jegues ou camelos.

No fundo, o que mais escondem as estatísticas sobre distribuição de renda é o forte impacto que podem ter muitas inovações - sejam tecnológicas ou institucionais - na melhoria da vida cotidiana das vastas multidões de desvalidos. É muito freqüente que essa seja a principal via de redução do abismo existente entre seus padrões de vida e os dos ricos. Mesmo com toda a tendência à concentração de renda, é óbvio que houve dramática queda da desigualdade em termos de expectativa de vida ou altura. Mas também no lazer, para nem falar da educação.

Enfim, quando os níveis de vida que vigoram no capitalismo desenvolvido são bem medidos, fica evidente que os avanços obtidos pelo andar de baixo foram bem superiores aos médios. O que também é fundamental para se entender a estabilidade que vigorou no chamado primeiro mundo nos últimos sessenta anos, em contraste com a brusca derrocada do segundo.

José Eli da Veiga professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor de "A Emergência Socioambiental" (Ed. Senac, 2007), escreve mensalmente às terças. Página web: www.zeeli.pro.br